



Anais da Assembléia

Nº 140

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE DEZEMBRO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 120ª SESSÃO ORDINÁRIA

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 1982

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Edilson Alencar e Francisco Escorsin.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário desta Casa, respeitosamente REQUER, a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista, homem de rádio e de televisão AIRTON GUSMAN, ocorrido no último dia 14, interrompendo as atividades que vinha exercendo no jornal "Tribuna do Paraná", na área do esporte amador e deixando viúva a Senhora Vilma Gusman e os filhos Gislaíne e Airtton Jr.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor JOSÉ CAPELETTO, ocorrido na cidade de Querência do Norte, no último dia 09 do corrente.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à Rua São Luiz, n.º 874, em Querência do Norte - PR.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1982.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

O infausto acontecimento veio enlutar toda a classe política do extremo Noroeste do Paraná, pois Capeletto, em duas eleições, 76 e 82, disputou com brilhantismo, seriedade e humildade a prefeitura daquela progressista cidade.

O PMDB de Querência do Norte não perdeu só o seu digno Presidente, mas, sobretudo, um homem honesto, sempre voltado para o verdadeiro interesse público, na busca constante de soluções para os problemas angustiantes de sua comunidade.

O falecimento de JOSÉ CAPELETTO, causou em Querência do Norte uma perda irreparável consternando toda a sociedade pelo seu elevado espírito público e pela sua dedicação às causas sociais, e a seus familiares pelo seu exemplo como chefe de família, fiel esposo, pai e amigo, presente em todos os momentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata desta sessão, voto de congratulações à Associação Paranaense da Igreja Adventista do Sétimo Dia, pela inauguração, no dia de hoje, do Hospital Adventista do Paraná (constituído com o nome de Hospital Metropolitano) no Município de Cambé.

O referido nosocômio com capacidade para 240 leitos, inicia suas atividades em condições de atender 80 pacientes em diversas especialidades. Adotará o excelente "know how" da Igreja Adventista do Sétimo Dia, que mantém mais 11 excelentes estabelecimentos hospitalares no Brasil, contribuindo decisivamente para a manutenção ou restauração da saúde do povo.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à Associação Paranaense da Igreja Adventista do Sétimo Dia e a Revista Adventista.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1982.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador JOSÉ HOSKEN DE NOVAES, no sentido de aditar a Mensagem de aumento de vencimento do funcionalismo estadual, a fim de majorar os percentuais para, no mínimo, cinquenta e cinco por cento, taxa que se aproxima da justa reposição do valor erodido pelo processo inflacionário.

Deve o apelo encarecer a Sua Excelência a existência orçamentária específica e o agravamento da crise econômica no curso do próximo exercício, o que penalizará além do suportável a classe dos servidores do Estado, excluídos dos benefícios do reajuste semestral de salários.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1982.

(a) NELSON BUFFARA

Projeto de Resolução:

(PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 134/82)

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Os Deputados à Assembléia Legislativa do Estado perceberão, na próxima Legislatura, como remuneração, 2/3 (dois terços) do que percebem, ao mesmo título, os Deputados Federais.

Parágrafo único — A remuneração, tanto a parte fixa, como a variável, será paga mensalmente.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1982.

(aa) JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO SGUAREZI — 2.º Secretário

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 156/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — A Câmara Municipal de Toledo, passa a contar a partir da próxima Legislatura, com 15 (quinze) Vereadores.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1982.

!(a) EGON PUDELL!

JUSTIFICATIVA:

Segundo o parágrafo único, do art. 28, da Lei Complementar n.º 02, de 18/06/73, (Lei Orgânica dos Municípios), o número de Vereadores, em cada Legislatura, será alterado por Lei Estadual, tendo em vista o total de eleitores inscritos no Município, até 180 (cento e oitenta) dias antes da eleição Municipal, conforme dados estatísticos fornecidos pelo T.R.E. e de acordo com proporção e número estabelecidos através do citado artigo 28.

A certidão fornecida pelo Juízo Eleitoral e que anexamos ao presente, diz da justeza da medida que ora propomos, através do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa reúne-se, atendendo a uma convocação extraordinária do Senhor Governador do Estado, a fim de tratarmos objetivamente do aumento do funcionalismo.

O Deputado que vos fala, sabe, perfeitamente, que, qualquer assunto que implique em aumento de despesa tornar-se-á inconstitucional, porque seria atribuição do Executivo; não obstante, como existe uma enorme defasagem e sabemos que o nosso funcionalismo ganha mal, nós nos atrevemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a, redigir um requerimento, em termos de apelo ao Sr. Governador, para tentar sensibilizá-lo, justificando, nesse nosso requerimento, que, o aumento oferecido pelo Sr. Governador não satisfaz e, conseqüentemente, a nossa intenção é a de tentar, nesse apelo, majorar os índices atuais para no mínimo, 55%, taxa que, entendemos, aproxima-se da justa reposição do valor erodido pelo processo inflacionário.

Nossa intenção — entendo eu, Sr. Presidente e Srs. Deputados — é justa, sobretudo porque nós vamos ter um ano difícil para todos, para o Governo e os governantes, e queríamos fazer jus a essa classe tão esquecida, então, neste final de ano, não como sendo este Deputado mas como sendo o Governo do Estado, que desse um presente de Natal, aumentando aquele percentual, por não satisfazer as necessidades e o que pleiteia o funcionalismo.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não havendo mais orado-

res para o Pequeno Expediente, concedo a palavra, para o Grande Expediente, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Embora a Casa esteja funcionando por período extraordinário convocado pelo Sr. Governador do Estado, nem por isto o mundo vai acabar e nem por isto também, aqui não posamos abordar temas de interesse da comunidade.

Sinto-me muito à vontade, Sr. Presidente, para fazer pronunciamento na tarde de hoje, primeiro, conhecendo bem, a pessoa a quem vou me referir; em segundo lugar, conhecendo bem, o espírito do brasileiro — desconfiado por natureza, de que, todas as transações feitas pelo Governo, envolvem, sempre, segundo o espírito do brasileiro, alguma coisa de desonesta, porque aqui no Brasil é assim: se o cidadão anda bem vestido, é elegante, ele é efeminado, se ganhou dinheiro, se é rico, é porque é ladrão, se tem mulher bonita, é marido traído. Esse é o espírito do brasileiro. Mas nós não concordamos, quando, dentro desse espírito procura-se atacar homens de bem cuja conduta na vida pública tem sido merecedora dos maiores elogios.

É o seguinte, Sr. Presidente: em sua edição de domingo último o jornal "O ESTADO DO PARANÁ" abriu sua primeira página para declarações do ex-Deputado Estadual e Deputado Federal eleito pelo PMDB, Sr. Aragão de Mattos Leão, onde Sua Senhoria vê escândalo na intenção do IPE - Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado — em adquirir um hospital em Curitiba, especificamente o Hospital e Maternidade São Carlos Limitada, propriedade do médico Carlos Franco Ferreira da Costa, situado no bairro Jardim das Américas; quem leu as declarações do Sr. Aragão de Mattos Leão e que outros detalhes do assunto desconhece, é levado a acreditar que, esse político se interessa na preservação do decoro administrativo do IPE, e na defesa do patrimônio do nosso funcionalismo público, porque, como objetivo final do que relata como denúncia, o Sr. Aragão de Mattos Leão recomenda ao Governador Hosken de Novaes, que, não permita a realização do negócio porque, a ele, Aragão, lhe parecia inexplicável e estranho!

A mim, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, pareceu estranho e mais inexplicável ainda, ver o Sr. Aragão de Mattos Leão, investindo nesse papel de vigilante da coisa pública. Isto porque Sua Excelência que até há pouco tempo tinha assento nesta Casa, Deputado que foi pela extinta Aliança Renovadora Nacional, aqui compareceu a exatamente 32 sessões legislativas num período de 4 anos, durante cujas sessões, ocupou a tribuna precisamente uma vez e nesta, não foi para denunciar qualquer tema de repercussão. Raciocinando menos estranha e um pouco mais explicável, ficou a iniciativa do Sr. Aragão de Mattos Leão ao recordarmos que sua pequena assiduidade a esta Casa, devia-se exatamente, ao fato de Sua Senhoria ser médico e proprietário de hospital na cidade de Guarapuava, na defesa de quais atividades preferiu o compromisso perante os eleitores que ao lhes outorgarem o mandato para defender os interesses da comunidade paranaense.

Eu pergunto à Casa, estaria então o Sr. Aragão de Mattos Leão patrocinando a causa de outros proprietários de hospitais, como ele também o é, de outros médicos, como ele também o é? A quem não interessa absolutamente que o IPE se liberte de tabelas impostas e crie a sua própria estrutura hospitalar. Talvez sim. E de uma certa forma seria essa uma posição defensável desde que expostas com correção e sinceridade.

Também não vejo com agrado e nenhum dos Srs. Deputados, acredito que também não o vê, com agrado o Poder Público, substituir a iniciativa privada em setores onde esta atue com eficiência e a contento. Mas a forma como o Sr. Aragão de Mattos Leão apresentou o assunto, colocou reputações em questão mostrando grande afã de conturbar as negociações

para que elas não chegassem a termo, especialmente nesse momento de transição do comando administrativo do Estado.

Até aí tudo bem. Mas cometeu-se não outras, uma injustiça. Apresentou à administração do IPE, como interessada num negócio mal esclarecido, e isto eu não posso aceitar, sabendo estar à frente da administração daquele Instituto o engenheiro Ivo Arzua Pereira, nosso ex-Prefeito, nosso ex-Ministro da Agricultura, nosso professor emérito da Universidade do Paraná, nosso homem público até hoje inatacável e inatacado por qualquer ato que conduziu na vida pública ou privada. É uma reputação na qual eu acredito e que defendo como a minha própria. Tantas foram as provas de probidade e os exemplos de cautela administrativa que tenho visto ao longo dos anos partidos de Ivo Arzua Pereira.

Inteei-me então do que ocorria e posso dizer à Casa com toda segurança, posso dizer ao povo do Paraná com segurança maior ainda, que o Sr. Aragão de Mattos Leão, como não foi correto no exercício de seu mandato nesta Casa, também não foi correto ao tentar jogar lama na honra de homens de bem.

A mim não interessa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, defender a transação, absolutamente. Mas endossar, isto sim, a lisura com que os entendimentos estão sendo mantidos e que me permito relatar resumidamente essas gestões para conhecimento da Casa que são as seguintes:

O Médico Carlos Franco Ferreira da Costa apresentou ao IPE, proposta de venda do seu hospital. Examinando-se a proposta o Engenheiro Ivo Arzua Pereira encaminhou o assunto ao Conselho de Administração, onde havia sob votação, vejam bem, proposta do Conselheiro Fausto Luiz Abry, que já foi funcionário e Diretor desta Casa e que pertence à Associação dos Funcionários Públicos, que representa esta Associação no Conselho de Administração do IPE. Lá há uma proposta por parte da Associação dos Servidores Públicos para a venda do edifício Caetano Munhoz da Rocha, de propriedade daquela Associação. Para que esta venda?

Exatamente para financiar a construção do Hospital dos Servidores.

Entenderam então, os Conselhos de Administração e Diretor, ser melhor negócio a aquisição proposta pelas condições de preço e conveniência, que vou resumir, mas que tenho aqui toda a documentação e passarei à Mesa para fazer chegar ao conhecimento dos Srs. Deputados. Bem instalado, o Hospital São Carlos, tem condições de funcionamento imediato, com 300 leitos. Sua ocupação seria fácil, com serviços aos associados do IPE, convênios com a previdência e possível criação de serviços de pronto-socorro subsidiados pelo poder público, pela sua localização que é estratégica, às margens da BR-116 com 277. Ali caberia o pronto-socorro que está faltando naquela região curitibana.

Segundo o proponente dispunha-se a receber metade do preço em obrigações do Tesouro, que esta Casa acaba de autorizar, sejam emitidas pelo poder público estadual. E o IPE dispõe de recursos hoje aplicados no sistema financeiro. O preço cotava apenas o patrimônio imobiliário. Apenas o patrimônio imobiliário, ou seja, a área construída, incorporando graciosamente todos os equipamentos hospitalares já instalados.

Terceiro, é provada a viabilidade e rentabilidade de organizações semelhantes, como os hospitais dos servidores do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, onde a experiência provou eficácia.

Mas mesmo convencido dessas vantagens, e mesmo tendo aprovação dos Conselhos Diretor e Administrativo do IPE, vejam bem nobres Srs. Deputados e Sr. Presidente, mesmo convencido dessas vantagens e mesmo tendo a aprovação dos respectivos Conselhos, não realizou o Superintendente Ivo Arzua Pereira qualquer transação.

Em sucessivos ofícios, que também passarei à Mesa, Ivo

Arzua levou o assunto a Secretários de Estado e ao Governador, sugerindo uma comissão de alto nível para estudar o negócio e dar parecer.

A sugestão foi aceita e formada a comissão, com a seguinte composição: Representante da Associação dos Servidores do Estado ... aliás, todos estes representantes indicados pelo seu órgão de classe... Representante da Associação dos Servidores do Estado: Levy Lima Lopes, figura inatacável, de larga folha de serviços prestados à segurança do povo do Paraná. Quem não conhece Levy Lima Lopes? Da sua honestidade, do seu critério, do seu cuidado no trato da coisa pública? Representante da Associação Comercial do Paraná, outro nome inatacável. Egon Werner Schrappe, Representante do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis, Idolino Bonatto, da Comissão Bonatto, uma das mais tradicionais do Paraná. Representante do Instituto de Engenharia do Paraná, Dr. Francisco Frederico Leone, que dispensa quaisquer comentários. Representante do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - Muriel Lopes, não o conheço mas deve ser gente boa. Representante da Secretaria da Administração, Egon Arold Ferencz. Representante da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, Rubens Passerino Moura. Representante da Secretaria dos Recursos Humanos, Pedro Ivo Lafite Rocha. Representante da Secretaria das Finanças, Alberto Lepask.

Vê, Sr. Presidente, o cuidado, o critério com que se houve o Dr. Ivo Arzua Pereira, Superintendente do IPE, em todo esse início de negociações. Aliás, o Dr. Ivo convidou também e aqui está o ofício, o Tribunal de Contas, para se fazer representar nessa Comissão. Mas a direção daquele Tribunal negou-se a fazer representar nessa comissão alegando impedimentos legais.

Mas o quadro está claríssimo. Mesmo tendo identificado um bom negócio, o IPE chamou representantes de classes produtoras, técnicos do setor imobiliário e de engenharia, representantes do funcionalismo e de todas as áreas da administração para o quê? Para compartilhar a decisão que é clara, que é aberta, que não tem nada escondido.

Até agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não entendi a intenção do ex-Deputado Aragão de Mattos Leão ao fazer mistério nas acusações que fez pela imprensa, acusações veladas, mas que qualquer pessoa inteligente podia identificar nas suas declarações. Eu até agora não entendi, Sr. Presidente. Não entendi porque nunca vi nada nesse cidadão, eu convivi com ele, aliás era o grande cometa do Poder Legislativo, pior do que o cometa Harley. Homem que jamais compartilhou dos trabalhos desta Casa, homem que jamais se deu ao trabalho de examinar medidas do Governo, representante que era de um grande município do Estado. Por que este zelo agora se ele nem é ainda Deputado, se nem ainda assumiu a sua cadeira?

Será que é porque é médico? Será que é porque é proprietário de hospitais, será que o negócio do IPE contraria os interesses do Sindicato nos hospitais e similares do Paraná?

Não sei. Eu só sei que um dos pareceres do médico Rubens Passerino Moura, que é Diretor hospitalar e representante da Secretaria de Saúde assinala que só o custo da obra de engenharia num total de mais de sete mil metros quadrados de área construída, cobriria o valor da transação. É um parecer técnico. Sete mil metros de área construída. Só isto cobre o valor da transação, sem falar na área de terreno, e sem falar no equipamento hospitalar. Não é moleza hoje, montar um hospital.

O IPE lucraria sem custo um terreno de 31 mil metros quadrados, ali no Jardim das Américas, e uma área de 110 alqueires de Morretes que fazem parte do patrimônio da empresa ofertante.

Estranhou-se e aí mais uma vez pecou pela base o ex-Deputado Aragão de Mattos Leão, e atual Deputado Federal. Ele estranhou o fato de 110 alqueires de terras localizados no Município de Morretes, fazerem parte da oferta de compra.

Acontece que é uma sociedade, o hospital é mantido por uma sociedade e esta área de terra faz parte do patrimônio da sociedade. Eu já disse, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, no início, que não pretendia defender a transação, embora os argumentos convençam. Para isso existe essa Comissão de alto nível, a quem compete dar o seu parecer. E me parece altamente qualificada, sobejamente qualificada essa Comissão para aconselhar ou rechaçar o negócio. Para isto foi formada a Comissão.

Ela pode aconselhar, pode também negar provimento legal ao negócio o nosso objetivo é meramente defender a maneira correta, impecável mesmo com o IPE através do seu Superintendente Ivo Arzua Pereira, encaminhou o assunto, abrindo os debates e dando a todos os setores interessados a possibilidade de opinar, esses que estão representados na Comissão para tal constituída.

Esta é pois, nobre Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma manifestação pessoal, não falo em nome de minha bancada porque para isso não estou autorizado. Uma manifestação pessoal de desagravo a uma personalidade ilustre, que como grande Prefeito da cidade de Curitiba, homem responsável pelo seu planejamento, homem que revolucionou métodos em Curitiba, homem que foi o grande Ministro da Agricultura do Governo Costa e Silva, homem que exerceu funções da mais alta relevância neste País, e é um homem pobre, precisando trabalhar para se manter, aposentado que está, com apenas 47 mil cruzeiros por mês, como engenheiro do Departamento de Estradas de Rodagem.

Esta a manifestação de desagravo que eu faço a um homem de bem, a um homem honesto, sob todos os títulos, e também de protesto e de confiança pela posição assumida pelo Sr. Aragão de Mattos Leão. Desconfiança porque nunca vi nada desse cidadão nesta Casa, que justificasse ao menos os subsídios arrancados ao povo, ele que nunca compareceu aos debates nesta Casa, que em 4 anos, compareceu apenas 32 sessões plenárias. Por isso tenho desconfiança de ele se arvorar em vestal, em defesa do patrimônio público, que não está ameaçado, pelo contrário, se essa transação for aconselhada por essa Comissão de alto nível, o patrimônio público só será enriquecido e o servidor terá o seu hospital.

A minha manifestação de apoio e desagravo a Ivo Arzua Pereira e de desconfiança a Aragão de Mattos Leão que abordou um assunto de tanto interesse para o funcionalismo público do Estado, com maldosa impertinência e talvez má fé.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta a Liderança do Partido Social Democrático se deseja fazer uso do seu horário. (Declina).

Havendo declinado, a Mesa consulta à Liderança do PTB. (Declina).

Havendo declinado, a Mesa consulta à Liderança do PMDB. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 77/82, (Mensagem nº 87/82, ex-Proposição nº 76/82), oriundo do Parecer

aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os municípios citados, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana, nos referidos municípios. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 78/82, (Mensagem nº 90/82), ex-Proposição nº 77/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos aditivos aos termos de cooperação técnica e financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e os municípios aqui nominados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras. — “PROSAFRAS”, no exercício de 1982. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 79/82, (Mensagem nº 91/82, ex-Proposição nº 78/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo de cooperação técnica e financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Colombo, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — “PROSAFRAS”, no exercício de 1982. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 80/82, (Mensagem nº 92/82, ex-Proposição nº 79/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o primeiro termo aditivo e o segundo termo aditivo aos termos de cooperação técnica e financeira, celebrados entre os municípios citados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — “PROSAFRAS”, no exercício de 1982. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 81/82, (Mensagem nº 93/82, ex-Proposição nº 80/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Cruzeiro do Oeste, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 82/82, (Mensagem 94/82, ex-Proposição 81/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o primeiro Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira nº 138/82, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Londrina, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras PROSAFRAS, no exercício de 1982. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 83/82 (Mensagem 95/82, ex-Proposição 82/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios especificados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 84/82, (Mensagem 89/82, ex-Proposição 83/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do

Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de São João do Triunfo, que objetiva a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1.982. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 85/82, (Mensagem 98/82, ex-Proposição 84/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e os Municípios aqui especificados, firmados em 16/07/82, e que visa a aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, na execução de obras de interesse metropolitano. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 86/82, (Mensagem 99/82, ex-Proposição 85/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo Aditivo ao Convênio 23/82, celebrado entre o Estado do Paraná, através de órgão citado e o Município de Campina Grande do Sul, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, na execução de obras de interesse metropolitano. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 87/82 (Mensagem 100/82, ex-Proposição 86/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira 13/82 e 16/82, celebrados entre o Estado do Paraná, através de órgão que especifica e os Municípios de Ortigueira e Loanda, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1.982. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 88/82, (Mensagem 101/82, ex-Proposição 87/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, objetivando delegar à Secretaria de Estado da Agricultura, os serviços relativos à promoção e fiscalização do Cooperativismo, em toda a área do território estadual. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 89/82; (Mensagem 103/82, ex-Proposição 89/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Flórida, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana no referido município. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 90/82, (Mensagem 104/82, ex-Proposição 90/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, e os Municípios aqui citados e que objetiva a execução e obras de controle da erosão urbana nos referidos municípios. - **Aprovado**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 91/82, (Mensagem 106/82, ex-Proposição 91/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e o Município de Reserva, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1982. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 92/82, (Mensagem 109/82, ex-Proposição 92/82), oriundo do Parecer aprova-

do por unanimidade da C.C.J., que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de Francisco Alves e Indaíópolis, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 93/82, (Mensagem 110/82, ex-Proposição 93/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 94/82, (Mensagem 111/82, ex-Proposição 94/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e que objetiva a elaboração do ESTUDO DA ELETRIFICAÇÃO RURAL POR INTERMÉDIO DE MICROUSINAS HIDRELÉTRICAS. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 95/82, (Mensagem 112/82, ex-Proposição 95/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o primeiro e segundo Termos Aditivos ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgãos citados e o Município de Guaíra, objetivando a implantação do Plano de Desenvolvimento Urbano de Guaíra. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 96/82, (Mensagem 113/82, ex-Proposição 96/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Jussara, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 97/82, (Mensagem 116/82, ex-Proposição 98/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios aqui nominados, objetivando a execução de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão Urbana do Solo do Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 98/82, (Mensagem 117/82, ex-Proposição 99/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo Aditivo (01) ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Tapira, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 99/82, (Mensagem 118/82, ex-Proposição 100/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Primeiro Termo Aditivo celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e o Governo do Estado de São Paulo, objetivando a ligação das localidades de Iguape, Guaraqueçaba e Paranaguá, via transporte hidroviário. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 100/82, (Mensagem 119/82, ex-Proposição 101/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios aqui nominados, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 101/82, (Mensagem 120/82, ex-Proposição 102/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Convênios cele-

brados entre o Estado do Paraná e os Municípios citados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná — PRONOROESTE. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 102/82 (Mensagem 121/82, ex-Proposição 103/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Convênio de Cooperação celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e o Município de Medianeira, sendo interveniente o Departamento de Trânsito, objetivando harmonização das diretrizes de serviço de trânsito com estudos de planejamento urbano do referido município. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 103/82, (Mensagem 124/82, ex-Proposição 104/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios aqui nominados, que visam a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão Urbana do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução N.º 105/82, (Mensagem 126/82, ex-Proposição 106/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de Diamante do Norte e Inajá, objetivando a execução de obras de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná. - PRONOROESTE. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 106/82 (Mensagem 128/82, ex-Proposição 107/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo Aditivo 43/82 (01), ao Convênio 53/82, celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Transportes e o Município de Céu Azul, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1982. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 107/82 (Mensagem 129/82, ex-Proposição 108/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e o Município de Cornélio Procopio, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras PROSAFRAS, no exercício de 1982. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 108/82 (Mensagem 130/82, ex-Proposição 109/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo de Compromisso 19/82, e de seu Termo Aditivo 26/82 (1o.), celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e o Município de Manoel Ribas, objetivando procedimentos conjuntos no sentido da melhoria do aeroporto do referido município. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 110/82 (Mensagem 135/82, ex-Proposição 113/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Campo Mourão, objetivando a execução de Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 111/82, (Mensa-

gem 136/82, ex-Proposição 114/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo Aditivo 51/82 (1o.) ao Convênio (036/82), celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Cambará, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 112/82, (Mensagem 137/82, ex-Proposição 115/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 113/82 (Mensagem 138/82, ex-Proposição 116/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 114/82 (Mensagem 139/82, ex-Proposição 117/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios aqui nominados, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 115/82, (Mensagem 140/82, ex-Proposição 118/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Cidade Gaúcha, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 117/82, (Mensagem 134/82, ex-Proposição 112/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 118/82, (Mensagem 141/82, ex-Proposição 120/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios citados, objetivando a execução de obras de Controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 119/82 (Mensagem 142/82, ex-Proposição 121/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os Municípios especificados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná. - PRONOROESTE. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 120/82 (Mensagem 143/82, ex-Proposição 122/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Convênio 19/82, SETR, celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e o Município de Pato Branco, objetivando aplicação de recursos financeiros na execução de obras de melhoria no aeroporto do referido município. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 121/82 (Mensagem 144/82, ex-Proposição 123/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo Aditivo 35/82, (1o.), ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira 174/82, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios especificados, objetivando execução do Programa Especial para Melhoramentos Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 122/82 (Mensagem 145/82, ex-Proposição 124/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos Aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios especificados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 123/82 (Mensagem 147/82, ex-Proposição 127/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Termos de Cooperação técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios citados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 124/82, (Mensagem 148/82, ex-Proposição 128/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo de Cooperação e Compromisso 20/82, celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de São Pedro do Paraná, objetivando a construção do terminal rodoviário da sede do referido município. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 125/82, (Mensagem 149/82, ex-Proposição 129/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Primeiros Termos Aditivos 52/82 e 53/82, aos Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios citados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 126/82 (Mensagem 150/82, ex-Proposição 130/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e o Município de Francisco Beltrão, figurando como interveniente o Departamento de Trânsito, objetivando harmonização das diretrizes de serviços de trânsito com estudos de planejamento urbano do referido município. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 127/82 (Mensagem 151/82, ex-Proposição 131/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo de Cooperação e Compromisso 42/82, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Muni-

cípio de Rolândia, objetivando a construção de terminal rodoviário no Distrito de São Martinho, do referido município. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 128/82, (Mensagem 152/82, ex-Proposição 132/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 129/82, (Mensagem 153/82, ex-Proposição 133/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Termos Aditivos 48/82, 49/82 e 50/82, aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e os Municípios aqui nominados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 130/82 (Mensagem 154/82, ex-Proposição 134/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios citados, objetivando a execução de obras públicas nos municípios signatários de tais convênios - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 131/82, (Mensagem 155/82, ex-Proposição 135/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Reratificação do Convênio 066/81, celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgão que cita e o Município de Mallet, objetivando a construção de uma ponte sobre o Rio Braço do Potinga, no referido município. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 132/82 (Mensagem 157/82, ex-Proposição 136/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação e Compromisso 92/82, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Cascavel, objetivando a construção do terminal rodoviário do referido município. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 133/82, (Mensagem 158/82, ex-Proposição 137/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos Aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios aqui nominados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. - **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Esta Presidência registra com satisfação a presença neste plenário, dos Srs. Deputados Pessuti, Homero Oguido, José Antônio Fonseca, Adhail Sprenger Passos, Mário Pereira e Tadeu França, eleitos para a próxima legislatura.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista, homem de rádio e televisão, Ailton Gusmão, ocorrido no último dia 14, nesta Capital. **Aprovado.** -Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo faleci-

mento do Sr. José Capeleto, ocorrido na cidade de Querência do Norte. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

A Mesa registra ainda, com satisfação, a presença neste plenário da Senhora Deputado Amélia Hruschka.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação Paranaense da Igreja Adventista do Sétimo Dia, pela inauguração do Hospital Adventista do Sétimo Dia (constituído com o nome de Hospital Metropolitano), no Município de Cambé. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de aditar a mensagem de

aumento de vencimentos do funcionalismo estadual, a fim de majorar os percentuais para, no mínimo, cinquenta por cento.

Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.^{os} 77 a 103/82, de 105 a 108/82, de 110 a 115/82, e de 117 a 133/82.

Levanta-se a sessão.